

## **EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA EM FOCO: trajetória histórica das pesquisas em Mato Grosso do Sul**

**Luciana Lopes Coelho**

Faculdade de Educação (FAED), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)  
Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil  
E-mail: [lucianacoelho@ufgd.edu.br](mailto:lucianacoelho@ufgd.edu.br)  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2723-0861>

**Rhuan Guilherme Tardo Ribeiro**

Faculdade Intercultural Indígena (FAIND), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)  
Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil  
E-mail: [rhuanribeiro@ufgd.edu.br](mailto:rhuanribeiro@ufgd.edu.br)  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8514-6345>

DOI: 10.30612/riet.v4i2.19432

Ao propormos a organização do Dossiê “Práticas Inclusivas em Diferentes Espaços Sociais de Atenção às Pessoas Indígenas” com o objetivo principal produzir e reunir saberes e fazeres sobre outras práticas, que estão na contramão de políticas colonizadoras e homogeneizadoras, reportamos ao protagonismo da Profa. Dra. Marilda Moraes Garcia Bruno, que dedicou sua trajetória acadêmica desenvolvendo ensino, pesquisa e extensão para o atendimento em saúde e escolarização de pessoas indígenas com deficiências do MS. E com imensa satisfação, apresentamos, na sequência, o relato dos desafios e das conquistas pela entrevistada Profa. Dra. Marilda Moraes Garcia Bruno.

\*\*\*\*\*

Agradeço aos organizadores deste Dossiê da Revista Interdisciplinar Educação e Territorialidade – RIET, vinculada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação e Territorialidade da Faculdade Intercultural Indígena (FAIND) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) pela oportunidade de registramos as memórias das primeiras aulas de Educação Especial e das pesquisas, em conjunto com rezadores, professores indígenas e pais, realizadas no Curso de Licenciatura Teko Arandu (UFGD 2007-2019).

**RIET**, Dourados, v. IV, n. 2, p. 91 a 104, jul./dez., 2024.

Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilha Igual 3.0 Brasil](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/br/).

## **Educação Especial e Inclusiva em foco: trajetória histórica das pesquisas em Mato Grosso do Sul**

Sobre o que me motivou a direcionar meus estudos para a área da educação especial e como foi a formação e início de trabalho nessa modalidade, iniciou registrando que a minha formação inicial foi na área de letras em Bauru, na UFSC, onde atuei na rede pública de ensino daquela cidade. Em 1974, nasceu meu primeiro filho, que se tornou uma pessoa com deficiência visual e múltipla.

No Brasil, havia pouquíssima literatura sobre a educação de pessoas com deficiência, motivo pelo qual busquei formação na área da pedagogia e da educação especial na UNESP de Marília. Mais tarde, mudamos para São Paulo, em busca de escolas especializadas para meu filho, e tive a oportunidade de cursar a Habilitação na área da deficiência visual na USP. Deixando a área de letras, fui trabalhar na Educação Especial da Secretaria de Educação de São Paulo, na Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, onde tivemos a oportunidade de escrever livros para a formação de professores.

O trabalho e desenvolvimento de pesquisas no MS, mais precisamente na UFGD, iniciou quando me mudei para o Estado de Mato Grosso do Sul em 1995 e continuei ministrando cursos para as Secretarias de Educação, em todo o país, uma vez que os cursos de formação em Educação Especial ainda eram muito restritos, e a formação se dava em serviço. Nesse período, terminei minha formação de pós-graduação no Mestrado (UCDB) e o Doutorado (UNESP-Marília, 2004).

Foi quando me dei conta de que a formação de professores passaria a ser realizada exclusivamente pelas Universidades e sentia a necessidade de continuar investigando o processo de inclusão educacional pois já tinha escrito vários livros para o MEC sobre a inclusão de pessoas com deficiência no ensino fundamental e na educação infantil, voltados à formação de professores. Foi então que prestei o concurso para a Educação Especial na UFGD (2006), onde teria a oportunidade de aprofundar e expandir as minhas pesquisas.

Em 2007, foi o meu primeiro contato com as comunidades indígenas e com a temática da educação especial em territórios e escolas indígenas, quando participei das primeiras aulas no curso de licenciatura indígena Teko Arandu, na FAED, na disciplina Fundamentos da Educação que dividia com a Professora Maria Aparecida Resende (Cidinha) e Adir Casaro (UCDB). Nesse mesmo ano, o Professor Reinaldo dos Santos, então Diretor da FAED e eu, participamos da Construção do Projeto Político Pedagógico da UFGD, onde incluímos a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, como disciplina obrigatória na grade curricular de todos os cursos para a formação de professores.



## **Educação Especial e Inclusiva em foco: trajetória histórica das pesquisas em Mato Grosso do Sul**

Dessa forma, a UFGD tornou-se a primeira Universidade brasileira a ministrar a disciplina Educação Especial na Licenciatura Indígena e na Educação do Campo, antes mesmo da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) ser promulgada.

Assim, a articulação entre a Educação Especial e a Educação Escolar Indígena, temática inovadora, complexa e desafiadora não encontrava respaldo e nem registro na literatura. Fato que nos instigou a buscar entendimento de como as culturas indígenas concebiam e lidavam com o fenômeno deficiência. Nossas investigações procuravam compreender, como os rezadores e nossos alunos concebiam as representações socioculturais e sentidos produzidos acerca desses fenômenos nas culturas Guarani e Kaiowá.

A experiência com as aulas de Educação Especial no contexto da cultura indígena foi uma das experiências mais marcantes da minha vida profissional. Apesar dos mais de 30 anos no magistério, confesso que as dúvidas eram muitas. Qual foi nossa surpresa, quando logo cedo, antes de entrarmos na sala de aula, a rezadora pediu a palavra e disse que precisava realizar o “Guachire”, todos postaram-se em roda, deram-se as mãos. Rezavam em guarani com movimentos do corpo e no final, faziam gestos mandando “algo embora”. Este era o ritual para espantar os “espíritos maus”, limpar o local e abençoar com os espíritos bons, me explicaram os alunos. Este evento acontecia no início e no final das aulas. Já começávamos então a perceber os sentidos cosmológicos sobre a produção da deficiência.

Para começar a aula, apresentei-me, coloquei em pauta os temas que pretendíamos discutir durante a disciplina; agradei a presença da anciã rezadora e deixei em aberto o programa para que eles trouxessem outros assuntos que gostariam de discutir durante a disciplina. Anunciei a metodologia de trabalho, as rodas de conversas a partir das experiências vividas por eles, e que após as narrativas e discussões levantadas, traríamos o conhecimento não indígena, a construção histórica da produção da deficiência na nossa cultura.

Nesse processo, levamos em consideração o que Larossa (2002) nos ensina: a recordação não é apenas a presença do passado. Não é uma pista ou um rastro, que podemos olhar e ordenar como se observa e se ordena um álbum de fotos. Implica imaginação, implica um certo sentido do que somos.

Pela minha inexperiência quanto às relações de poder entre as etnias, apesar de estudar Foucault, solicitei que se organizassem em grupo, com acadêmicos de diferentes



## **Educação Especial e Inclusiva em foco: trajetória histórica das pesquisas em Mato Grosso do Sul**

etnias, para que pudessem conhecer como as diferentes culturas concebiam as deficiências e como lidavam com essas pessoas na comunidade e na escola.

Um dos alunos, responsável pelo relatório da aula naquele dia, questionou-me se poderia mudar a metodologia de trabalho, argumentando que: essa era uma temática muito complexa, um assunto considerado “tabu” entre eles e que nunca haviam conversado sobre esse tema; ponderou que temas considerados “tabu ou mito” não se discutia entre etnias diferentes. Sugeriu agrupamentos de alunos Guarani, Kaiowá e Terena, em salas separadas. Solicitou pelo menos uma hora para a discussão, alertando que comunicaria apenas o que seria autorizado pelo grupo. Uma hora fora pouco, necessitaram de pelo menos duas horas. Não havia consenso entre eles, pois havia professores muito jovens que queriam falar mais e professores com idade avançada que não se sentiam à vontade para discutir o tema. Por meio das narrativas, os grupos puderam construir e reconstruir significações que seus antepassados atribuíam e as que hoje eles atribuem ao fenômeno deficiência e suas causas entre as comunidades indígenas.

Num primeiro momento, na grande roda, já com todas as etnias presentes, o assunto girou entorno das causas das deficiências, como seus avós e pais explicavam o fenômeno. Entre todos o consenso maior foi o castigo, pecado e desobediência ao modo tradicional de ser indígena; doenças em virtude do consumo de certos animais (caça de tatu, porco do mato entre outros); e mais recentemente, o uso excessivo de bebidas e drogas. Nessa aula, solicitamos a participação da rezadeira para nos contar sobre os saberes tradicionais para prevenção das deficiências. Ela explicou os cuidados que a mulher grávida deve ter para que a criança não nasça diferente, o que ela pode comer e os chás que podem ser consumidos. Na aula seguinte, trouxemos o conhecimento sobre as causas mais frequentes das deficiências registradas na literatura e as formas possíveis de preveni-las.

Num segundo momento, solicitamos a síntese das narrativas sobre o modo de conceber, sentimentos e atitude diante das deficiências, experiências e fatos vivenciados com essas pessoas. Os mais jovens habilitaram-se: não podiam rir ou zombar de pessoas com defeitos porque você poderia ter um filho assim; a líder religiosa explicou que há vários deuses, uns do bem outros do mal. Acreditava-se que os deuses dos inimigos daquele povo é que mandavam uma pessoa com defeito para aquela aldeia. Questionamos sobre o infanticídio, ela disse que muito antigamente, quando tinham que caminhar muito e



## **Educação Especial e Inclusiva em foco: trajetória histórica das pesquisas em Mato Grosso do Sul**

mudavam de lugar na floresta poderia acontecer, mas que hoje não mais. Um xamã Kaiowá disse que nascem crianças surdas e cegas na sua aldeia, mas que estas não se pode curar.

Havia no grupo, professores agentes de saúde que relataram nas aldeias distantes fatores como: desnutrição materna e infantil, doenças infecciosas, sarampo, rubéola, pressão materna alta; outra considera que com os partos realizados no hospital, não acontece muito nascimentos com deficiência, o que gerou divergência, pois os mais velhos consideram que o parto no hospital é que produz deficiência.

Por sua vez, uma agente de saúde, neta de uma líder religiosa, disse que sua avó contava que antigamente os indígenas não matavam as crianças com defeito: quando nascia com qualquer sinal diferente ou faltando algum membro ou com defeito visível, a parteira e avó da criança não deixavam a mãe ver o filho, pois, a maldição poderia recair sobre a aldeia, isto é, nasceriam outras crianças assim. Elas colocavam a criança num cantinho da casa, no chão e ofereciam ao deus que a mandou.

Decidimos então passar um vídeo da TVE sobre a Construção Histórica da Deficiência para eles observarem como na nossa cultura também não fora diferente: na antiguidade, houve extermínio de pessoas com deficiência, na Alemanha, no início do século passado, eles também foram eliminados. A partir do desenvolvimento científico se pode compreender melhor o fenômeno da deficiência e com a Declaração dos Direitos Humanos, a sociedade não indígena reviu os seus conceitos, procurou assegurar atenção, direitos, até chegar à defesa do processo de inclusão social.

Curioso que alguns jovens riam muito do vídeo, dos fatos. Após, questionamos o motivo da graça: era tudo igual alegavam. Nesse momento, uma aluna levantou-se e os repreendeu severamente em Guarani. Respeitei. No intervalo, a chamei, em particular para saber porque estava indignada, ela me disse que tinha três membros na família com deficiência e eles como professores não podiam agir dessa forma.

No retorno à sala, identifiquei-me como mãe de uma pessoa com múltipla deficiência, que é professor e mestre em educação. Eles não imaginavam que uma pessoa com deficiência poderia chegar à universidade. Perguntei então, quantos tinham pessoas com deficiência na família? Um professor levantou e disse que estava ficando surdo e que estava tendo muita dificuldade nas aulas de português e que ele tinha três filhos com deficiência física em casa e que não iam para escola pois não andavam.



## **Educação Especial e Inclusiva em foco: trajetória histórica das pesquisas em Mato Grosso do Sul**

A seguir indicaram aproximadamente 10 pessoas que conheciam. Solicitaram que os ensinassem a identificar uma pessoa com deficiência. Perguntamos aos professores se eles tinham nas escolas alunos com deficiência. Relataram que conheciam poucos e que alguns já estavam vindo para escola por conta da bolsa família e da cesta básica, e eles estavam muito preocupados pois não sabiam como lidar e o que fazer. E agora que seriam professores com nível superior, a responsabilidade seria maior, os pais iriam cobrá-los se os filhos não aprendessem...

Essa sem dúvida, foi a experiência mais profunda e marcante da minha vida como pesquisadora, o que me instigou a investigar os processos produzidos na articulação das diferenças culturais, analisar a desterritorialização dos processos simbólicos, as linguagens, as mensagens, as manifestações que emergem nos cruzamentos ou nas margens das diferentes culturas como nos propõem as premissas dos Estudos Culturais.

Para possibilitar um diálogo intercultural entre as modalidades educação especial e educação escolar indígena, elaboramos o projeto de extensão Proex Nacional “Identificação das Deficiências nas aldeias indígenas da região da Grande Dourados”, desenvolvido com os professores indígenas que cursavam a licenciatura indígena Teko-Arandu na UFGD, no período de 2009-2011.

O projeto de extensão foi desenvolvido nas escolas indígenas durante as aulas do tempo comunidade. Como o projeto tinha bom recurso para combustível, nesse período pudemos colaborar com os professores de outras disciplinas que viajavam conosco.

Inicialmente, elaboramos um protocolo de observação e ensinamos os professores a identificarem as deficiências. Realizamos em 19 escolas indígenas visitadas, oficinas para identificação, integrando ações de pesquisa e extensão o que nos permitiu avaliar 6.618 alunos indígenas do ensino fundamental. Nossa equipe de pesquisa era formada por: um aluno da medicina, os mestrandos em educação da UFGD e os professores indígenas. Encontramos 37 escolares com alterações visuais, além de 03 professores do curso Teko Arandu. As incidências foram: 21 alunos com dificuldade visual por erro de fração e necessidade de óculos; 09 crianças cegas as quais nunca tinham ido à escola e 07 com baixa visão não identificada que os levava ao fracasso escolar.

Para o atendimento à população indígena com deficiência visual trouxemos um oftalmologista da USP-SP para avaliar os alunos no Hospital Porta da Esperança em Dourados, contando com o apoio das Prefeituras e da educação especial dos municípios que



## **Educação Especial e Inclusiva em foco: trajetória histórica das pesquisas em Mato Grosso do Sul**

levaram os alunos ao hospital. Alguns foram encaminhados para cirurgia, outros tiveram prescrição de óculos e avaliação funcional da visão para orientação das atividades pedagógicas. Foram realizadas avaliações pedagógicas, orientações para os professores quanto aos recursos pedagógicos e doações de máquinas braile pela Associação Laramara SP, isto para que as escolas pudessem alfabetizar as crianças cegas.

As causas mais frequentes da deficiência visual detectadas foram: atrofia de nervo óptico, palidez de papila, hipoplasia de nervo óptico, catarata congênita, glaucoma congênito, alterações retinianas, coriorretinite, trauma ocular e apenas um caso de albinismo.

Para encerrar o Projeto de Extensão, elaboramos em conjunto com os professores indígenas do curso Teko, uma Cartilha Bilíngue Guarani-Português sobre o “Direito de pessoas indígenas com deficiência à educação e inclusão social” (BRUNO, UFGD, 2011). O documento trazia informações sobre legislação que assegurava o direito à educação, o combate à discriminação e exclusão social; bem como os conhecimentos científicos ancestrais e os conhecimentos científicos contemporâneos sobre formas de prevenção da deficiência. O conteúdo foi trabalhado em uma escola indígena e os estudantes do quarto ano foram os autores das ilustrações.

Sobre as ações mais relevantes orientadas por mim no âmbito da FAED e do PPGEDU da UFGD com o tema das interfaces da educação especial na educação escolar indígena, quanto as pesquisas, nossas investigações, ancoradas nas premissas do pensamento pós-estruturalista, nos levavam a duvidar de propostas homogêneas de educação, e principalmente, dos modelos únicos de educação especial. Por esse caminho, tornou-se possível o estranhamento, a desconfiança, os questionamentos e problematizações das verdades estabelecidas tanto para o campo da educação especial quanto para a educação escolar indígena.

Por esse viés, foram desenvolvidas 10 pesquisas no âmbito do PPGDu UFGD, no período de 2008-2019, sob nossa orientação, foram 08 investigações de mestrado realizadas no bojo de um projeto maior denominado “Mapeamento de deficiências na população indígena da região da Grande Dourados, MS: Um estudo sobre os impactos e as possíveis implicações para a inclusão educacional, apoiado pela CAPES/PROESP. Posteriormente, foram realizadas 02 teses com etnias citadas, também com o apoio da CAPES.

Cabe aqui pontuar a importância do GEPEI Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Educação Inclusiva, que no cenário nacional, foi o primeiro Grupo de Pesquisa ligado à





## **Educação Especial e Inclusiva em foco: trajetória histórica das pesquisas em Mato Grosso do Sul**

educação que discute a temática articulação entre Educação Especial e Educação Escolar Indígena. Por meio do qual, tivemos a oportunidade de lançar dois livros sobre essas investigações, tendo inclusive, a participação de professores indígenas.

A primeira pesquisa, denominada “Crianças indígenas Kaiowá e Guarani: um estudo sobre as representações sociais da deficiência e o acesso às políticas de saúde e educação em aldeias da região da Grande Dourados, MS”, Dissertação defendida por Vânia Pereira da Silva Souza (2011) No município de Paranhos, no extremo sul de Mato Grosso do Sul, na fronteira com o Paraguai, 04 aldeias foram visitadas e encontradas 20 pessoas com deficiência, das quais 13 crianças com paralisia cerebral, 02 jovens com síndrome de Down, 03 com deficiência visual, 01 deficiência auditiva, 01 deficiência não identificada. Apenas 03 crianças estavam na escola, uma com paralisia parcial e duas com deficiência visual.

O segundo estudo foi sobre “Escolar indígena com deficiência visual na região da Grande Dourados, MS: um estudo sobre a efetivação do direito à educação, desenvolvida por Michele Aparecida de Sá, (2011) integrou o Projeto de Extensão já relatado e mapeou as crianças indígenas com deficiência visual na região da Grande Dourados. Os resultados da pesquisa revelaram 16 alunos com deficiência visual entre 6.618 escolares, dos quais 07 estudantes com baixa visão e 09 cegos, dado preocupante uma vez que a Organização Mundial de Saúde aponta para os países em desenvolvimento a prevalência de uma pessoa cega em cada três mil e uma com baixa visão em cada 500 pessoas (BRUNO, 2001).

A terceira e quarta pesquisa foram sobre a Surdez “A concepção da surdez na cultura Guarani-Kaiowá: um estudo sobre os processos próprios de interação, comunicação e aprendizagem dos escolares indígenas na região da Grande Dourados, MS” desenvolvida pela Luciana Coelho (2011) e a pesquisa “Criança indígena surda na cultura Guarani-Kaiowá: um estudo sobre as formas de comunicação e inclusão na família e escola”, Lima(2013).Essas pesquisas identificaram a presença de 13 aluno surdos nas aldeias de Dourados, Amambai, Coronel Sapucaia e Paranhos, dos quais apenas 04 frequentavam escola.

As crianças que frequentavam as escolas localizadas nas aldeias não estavam alfabetizadas e enfrentavam muitas dificuldades para a compreensão dos conteúdos escolares, tal como muitos alunos surdos das escolas urbanas. Todas as crianças e jovens surdos observados utilizavam sinais manuais, constituídos na convivência familiar, para a comunicação e interação com as outras pessoas da comunidade. Mas na escola não





## **Educação Especial e Inclusiva em foco: trajetória histórica das pesquisas em Mato Grosso do Sul**

dispunham de nenhuma forma de comunicação, quer em Guarani ou português escrito. Falta-lhes a palavra.

Os estudos de Silva (2014) e Costa de Souza (2013) sobre a articulação entre Educação Especial e Educação Escolar Indígena, focalizou o Atendimento Educacional Especializado em escolas indígenas de Dourados, MS. Foram visitadas 04 escolas que atendem, na maioria, alunos surdos e deficientes visuais. As professoras e gestores indígenas participaram de rodas de conversas e relataram que a Libras foi imposta nas escolas indígenas de Dourados, apesar de permitir a comunicação e interação entre os professores e alunos indígenas surdos, torna-se necessário promover um debate entre a comunidade indígena, os linguistas que estudam Libras, as línguas Guarani e Kaiowá e os professores de surdos.

Pesquisa de Mestrado, intitulada “*Ainda não sei ler e escrever*”: *Um estudo sobre o processo de leitura e escrita nas escolas indígenas de Dourados, MS*, desenvolvida por Ilma Regina C. Saramago e Souza (2015), teve como lócus três escolas localizadas na Reserva Indígena Francisco Horta Barbosa, detectou 21 alunos em situação de fracasso escolar, com grande defasagem idade série e história de até 04 anos de repetência. Após avaliação pedagógica e das condições linguísticas observou-se que apenas 08 estudantes não estavam alfabetizados, utilizando-se dos critérios de letramento do antropólogo Street (2003) como habilidades linguísticas e sociais. Pode-se observar que a maioria dos alunos que apresentavam dificuldade de leitura e escrita não estavam sendo alfabetizados na língua materna.

Os resultados apontaram ainda que a escola embora devesse fundamentar-se na educação escolar indígena, era gerida, em muitos pontos, pelos sistemas educacionais do não indígena. Nesse caso, os aspectos linguísticos e culturais encontravam-se presentes na comunidade escolar, mas eram minimamente, levados em consideração na prática cotidiana da sala de aula, o que dificultava o desenvolvimento linguístico e cognitivo dos alunos.

Estudo de Mattoso (2017), realizou o mapeamento de crianças indígenas Kaiowá e Guarani nascidas com deficiência, no período de 2009-2014, no Hospital e Maternidade Indígena Porta da Esperança. Os dados revelaram: 11 crianças nascidas com má formação congênita, a prevalência de lábio leporino (03) e 05 crianças com deficiência visual associada à múltipla, na faixa etária de 0 -5 anos. Fatores esses que merecem investigação clínica em virtude da alta incidência de má formação congênita. Constatamos ainda que dos



## **Educação Especial e Inclusiva em foco: trajetória histórica das pesquisas em Mato Grosso do Sul**

912 nascimentos em hospitais no período investigado, 28 foram em domicílios e 33 nascimentos em trânsito, ocorridos durante o transporte até o hospital. Os partos em trânsito e as condições de alto risco das parturientes, podem ser fatores responsáveis pela anóxia neonatal, uma das causas da deficiência visual e paralisia cerebral, entre neonatos. Estamos assim, diante de mais um quadro de produção da deficiência.

A análise desses dados alerta-nos que, ao tratar das origens das desvantagens, dever-se-ia levar em conta a interdependência do biológico e da diferenciação cultural. Seria preciso tratar da dupla demanda política que advém da interação entre as desigualdades e injustiças gritantes provenientes da falta de igualdade concreta e a exclusão decorrente da falta de reconhecimento e da insensibilidade à diferença.

Foi possível além das avaliações e orientações pedagógicas aos professores analisar as ações de gestão escolar, nas escolas estudadas, para o atendimento às necessidades educacionais do alunado com deficiência, bem como discutir com gestores, coordenadores e professores sobre os direitos à educação e o atendimento às necessidades específicas e educacionais especiais desses educandos.

Para finalizar este ciclo de investigações sobre os povos indígenas da região da Grande Dourados foram desenvolvidas duas teses: “A educação escolar de indígenas surdos Guarani e Kaiowá: discursos e práticas de inclusão” (Coelho, 2019) e “Práticas pedagógicas e diálogos interculturais no cotidiano da educação escolar indígena dos Guarani e Kaiowá em Dourados, MS (Saramago de Souza, 2019)

A pesquisa sobre os índios surdos foi realizada em seis escolas localizadas nas terras indígenas de: Amambai, Limão Verde, Taquaperi e Takuaraty/Yvykuarasu (Paraguassu), no sul do MS. Participaram do estudo gestores da educação municipal, diretores escolares, coordenadores pedagógicos das escolas, professores e uma estudante. Os resultados indicam que, apesar da proposta pedagógica das escolas visitadas ser o ensino do guarani e do kaiowá como língua de instrução e o ensino do português como segunda língua, para os estudantes surdos, o ensino tem priorizado a alfabetização em língua portuguesa, que é a língua majoritária dos materiais didáticos, e da Língua Brasileira de Sinais - Libras, quando existem profissionais habilitados. As estratégias de ensino utilizadas invisibilizam as línguas de sinais e as diferenças culturais dos estudantes indígenas surdos e não contribuem para a manutenção e valorização das línguas maternas nas comunidades indígenas.



## **Educação Especial e Inclusiva em foco: trajetória histórica das pesquisas em Mato Grosso do Sul**

A pesquisadora Saramago evidencia o discurso de professores indígenas Guarani e Kaiowá referente as suas práticas pedagógicas a partir da educação diferenciada e intercultural, bem como analisa de que forma são articulados os diferentes conhecimentos tradicionais que circulam no cotidiano das escolas indígenas de Dourados, MS. A análises dos ditos e escritos, coloca em pauta os saberes locais, os pensamentos, as produções, os conflitos, as relações de poder, as condições de possibilidades e situações de exclusão. Assim, destaca os olhares, os sentidos e os pensamentos que mobilizam o ser professor indígena e o seu fazer pedagógico: estes sentem-se orgulhosos de sua profissão, bem como a sua família e a comunidade; acreditam que ser professor nas escolas indígenas é um privilégio, pois são responsáveis pela formação escolar da comunidade. Os discursos dos professores apontam algumas dificuldades para ação pedagógica: a falta de contextualização específica quanto aos livros didáticos, pois nenhum deles trazem referências sobre a sua língua ou a sua cultura.

Quanto à formação dos professores, as narrativas indicam que a formação continuada precisa ser repensada, a fim de que atenda às necessidades, as demandas e a complexidade que atravessam a educação escolar indígena. Para além das dificuldades encontradas, os professores têm buscado ressignificar as práticas pedagógicas, articulando-as com os conhecimentos culturais do seu povo, a partir de uma perspectiva intercultural.

Quanto aos resultados mais relevantes dos trabalhos desenvolvidos ao longo da sua carreira sobre essa temática, em minha percepção todos foram impactantes, não só pelo ineditismo das temáticas abordadas, mas também pela participação ativa dos professores, gestores e pais de estudantes indígenas que tiveram a devolutiva das pesquisas, acesso aos dados levantados e puderam refletir sobre os resultados encontrados para a melhoria de prática pedagógica

numa perspectiva intercultural. O que se torna evidente, posteriormente, nas duas teses realizadas, principalmente quanto ao uso da língua materna nos anos iniciais de alfabetização e a preocupação expressa quanto a produção do material didático na língua Guarani e Kaiowá.

Creio que muito significativo para esse diálogo intercultural foram os estudos sobre as representações da surdez e das deficiências na cultura indígena Guarani e Kaiowá que se expressaram por diferentes percepções. Entre os idosos há aqueles que negaram a existência de deficiência entre esses povos no passado, há os que garantiam que havia como preveni-



## **Educação Especial e Inclusiva em foco: trajetória histórica das pesquisas em Mato Grosso do Sul**

las e trata-las com o uso de remédios naturais e rezas. Outros afirmam que algumas crianças bem feias, que nasciam com defeitos visíveis eram eliminadas.

Já no olhar das famílias, as crianças hoje, de forma geral são bem vindas e inseridas naturalmente no convívio diário. As maiores preocupações manifestas pelas famílias são: a sobrevivência das crianças no meio inóspito, em condições precárias de vida e de saúde e a falta de orientação para lidar com essas crianças. Desejam que seus filhos frequentem a escola como as demais crianças.

No trabalho de campo, observou-se que a escola e os familiares desconheciam as possibilidades e potencialidades das pessoas com deficiência, assim as expectativas giravam em torno das necessidades básicas e recursos para o dia-dia como alimentação, remédios, fraldas, o leite especial, os aparelhos auditivos e cadeiras de roda para a locomoção e conforto para essas crianças.

Outra oportunidade rara foi poder entrevistar os antropólogos e pesquisadores que viveram entre as etnias pesquisadas, Brigdman, Taylor que viverem em meados do século passado entre as etnias pesquisadas, e mais recentemente Meliá. Todos relataram que o assunto deficiência é muito novo nesse meio e que nunca pensaram sobre essa questão. Brigdman conta que havia o infanticídio com as crianças com deficiência severa e também com aquelas que o pai pensava que o filho não era dele. Já Taylor afirmou ter visto crianças com má-formação, deficientes físicos e possivelmente surdos (pois não falavam) e outras deficiências. Meliá comentou que não havia percebido ainda pessoas com deficiências nas aldeias Guarani e Kaiowá do Paraguai, mas que elas poderiam estar lá, de certo modo ocultas ao visitante.

Outro fator primordial foram os estudos sobre a representação da surdez que ilustram a complexidade da relação e comunicação com a pessoa surda. O que significa ser surdo na cultura Guarani? Para a compreensão do significado da surdez nessa cultura, torna-se importante, observar as concepções míticas religiosas desse povo, nas quais a religião está fundamentada na “palavra” que em guarani (*ñe’e, ayuu e ã*) pode significar também voz, fala, linguagem, idioma, alma, nome, vida, personalidade e origem.

Essa palavra está presente no sujeito desde o nascimento. A gravidez é entendida como resultado de um sonho e, ao nascer, o corpo da criança é possuído pela “palavra” (*añemboapyka*) que dá vida a essa criança e a torna humana. Esta mesma palavra é invocada



## **Educação Especial e Inclusiva em foco: trajetória histórica das pesquisas em Mato Grosso do Sul**

ao se nomear a criança, e isso determinará a sua personalidade e a identificará com o grupo familiar.

Para Chamorro (2008,) na cultura guarani não há diferenciação e separação entre corpo e alma. A alma para o indígena é o ser integral, o “eu”, que em guarani pode ser traduzido por “palavra-alma”. Então possuir a palavra divina, é possuir saber, destinados ao bem viver e a conquista da imortalidade. O “bem viver” (*teko porã*), representa o modo de viver do povo Guarani, seu sistema de vida e costumes, que são determinados pela capacidade que o sujeito tem de dialogar com o outro e de se expressar. Assim, a linguagem para esses povos transcende o mundo material, ela se configura não apenas como instrumento de comunicação interpessoal, mas também como o próprio fundamento do ser (MELIÁ, 2013). Torna-se então essencial para a constituição do ser surdo “a palavra”, o Guarani escrito.

Em nossos estudos, tivemos o cuidado de não levar o conceito de deficiência intelectual, não presente nas comunidades indígenas contatadas. Trabalhamos com o fracasso no processo de leitura e escrita, alunos em situação de acentuada defasagem idade-série. Os resultados indicaram que grande parte dos alunos não alfabetizados, são decorrentes de questões linguísticas, ou seja, não estavam sendo alfabetizados na língua materna. Hoje, esta realidade tem se transformado, as escolas já alfabetizam na língua materna.

Outra evolução conceitual foi a da deficiência como castigo e maldição que recai sobre as aldeias, passa a ser concebida como “benção”, pois em algumas aldeias, os benefícios sociais às pessoas com deficiência e as cestas básicas alimentam toda a família....

Analisando a construção de uma Política Nacional de Educação Especial e relação com a modalidade da Educação Escolar Indígena, considerando as necessidades dessa modalidade de dialogar com diferentes conceitos, línguas e metodologias, destaco que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) nasceu no bojo das políticas e convenções internacionais que asseguram a Educação para Todos. Esses documentos apelavam para que não se deixasse ninguém para fora da escola: populações indígenas, do campo, ribeirinhos, ciganos entre outros. Para a elaboração dessa política não houve a participação das comunidades indígenas.

Dessa forma, as secretarias de educação importaram o modelo urbano-cêntrico de Educação Especial para as escolas indígenas, sobretudo o Atendimento Educacional



## **Educação Especial e Inclusiva em foco: trajetória histórica das pesquisas em Mato Grosso do Sul**

Especializado por meio das Salas de Recursos Multifuncionais que acabam não funcionando pela ausência de tempo integral nas escolas e falta de condução escolar. Nossas pesquisas apontaram a necessidade de uma articulação intercultural entre a Educação Escolar Indígena e a Educação Especial onde se leve em conta as questões mitológicas, religiosas e culturais e culturais; as questões linguísticas, sem imposição ou hierarquia de quaisquer línguas ou formas de ensinar. No meu entender, as necessidades educacionais especiais dos estudantes indígenas devem ser atendidas por professores indígenas que dominam a língua mãe no contexto da sala de aula.

Quanto ao aumento do número de professores e pesquisadores indígenas interessados em pesquisar sobre o atendimento escolar de pessoas com deficiência nas suas comunidades, podemos verificar que já em 2008 quando começavam a chegar os primeiros estudantes indígenas com deficiência à escola, os professores do Curso Teko já mostravam grande preocupação e necessidade de conhecimentos para atender essa população. A disciplina de Educação Especial e Libras tornaram-se então obrigatórias nos cursos de formação de professores na UFGD.

Creio que a formação de professores para a Educação Especial e a pesquisa numa perspectiva intercultural precisa ser assegurada pela universidade que se diz inclusiva.

Sobre os desafios atuais para os futuros professores e pesquisadores da área, penso que o maior desafio para a formação de professores e pesquisadores indígenas na área da Educação Especial seja a busca de referenciais teóricos que permitam o debate das questões específicas do atendimento aos estudantes com deficiência no espaço da sala de aula, de forma a gerar subsídios para a formulação de uma política de Educação Especial que contemple as especificidades da Educação Escolar Indígena.

E diante das inúmeras experiências adquiridas nesses muitos anos de ensino, pesquisa e extensão, se eu pudesse indicar caminhos que a UFGD e seus colaboradores devem estabelecer para haja efetiva inclusão do alunado que apresenta especificidades, eu sugeriria: *trilhar o caminho já trilhado - a formação de professores indígenas numa perspectiva intercultural, com a presença de rezadores, antropólogos, pesquisadores indígenas e não indígenas, já que se trata de diálogos entre diferentes realidades e culturas.....*

